

## Procuradoria aponta deficiências nos tribunais e pede mais meios

O Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Leiria foi instalado num edifício de habitação e inaugurado há apenas cinco anos. Mas a Procuradoria-Geral da República (PGR) afirma, no seu último relatório anual, divulgado na passada semana, que “os andares em que se situa o tribunal não têm o mínimo de condições de privacidade”.

Além da “iluminação natural muito deficiente de alguns gabinetes”, a PGR queixa-se da instalação das salas de audiência “num anexo acoplado ao edifício com variações térmicas ao longo do ano”, e defende o reajustamento da distribuição dos gabinetes que considera “inadequada” para o Ministério Público.

Neste relatório, a PGR faz ainda menção à falta de recursos humanos no Círculo Judicial de Leiria, considerando urgente o alargamento do quadro de procuradores da República, bem como o aumento do quadro de procuradores-adjuntos na Comarca de Leiria e de funcionários de apoio ao Ministério Público nas comarcas de Leiria, Marinha Grande e Ansião.

A instalação de um Departamento de Investigação e Acção Penal em Leiria e a criação de tribunais de família e menores em Leiria, em Alcobaça e em Caldas da Rainha são, por outro lado, medidas sugeridas pela PGR, no seu relatório anual.

Relativamente ao Círculo Judicial de Caldas da Rainha, a PGR põe em causa as condições em que funciona o Tribunal de Caldas da Rainha, dado o volume de serviço e o número de juízes. A falta de condições de acesso ao Tribunal do Trabalho para pessoas com deficiência física é também apontada no documento, que refere ainda as áreas exíguas destinadas ao Ministério Público no tribunal de Peniche bem como a falta de equipamentos nas quatro comarcas que compõem o Círculo Judicial de Caldas da Rainha.

Nas comarcas de Pombal, a PGR refere ainda a necessidade de substituir os equipamentos informáticos, que estão, “na sua maioria, desactualizados”.